

CORPO E IDENTIDADE FRAGMENTÁRIA

por

Paulo Cunha e Silva*

Resumo: A identidade é uma das bandeiras da contemporaneidade. Todos os grupos e todos os indivíduos reivindicam identidade. A ideia de comunidade, de certa forma, sucumbe sob a pregnância da identidade. Todavia, uma avaliação das suas múltiplas geografias e desdobramentos permite-nos falar de identidades fragmentárias, ou identidades fractais. Neste artigo faremos um percurso por múltiplas escalas da identidade a partir da centralidade do paradigma corpo.

Palavras-chave: Identidade fractal; território; corpo.

IDENTIDADE: TERRITÓRIO E MAPA

O corpo é o território da identidade. A identidade é atribuída a partir do reconhecimento de um corpo. Assim acontece quando nascemos. Assim acontece quando morremos. A primeira coisa que um bebé que acabou de nascer pede é um nome. Nem que seja um número, que funciona como identidade transitória na maternidade e que limita a angústia do “trocados à nascença”. Este processo de colagem de um nome a uma estrutura, de uma identidade a um corpo, é um processo dinâmico. O corpo é uma estrutura que se desenvolve, transforma e reforma do nascimento à morte, mas dentro de um espectro de possibilidades limitado sob o ponto de vista da transformação morfológica e fisiológica. O corpo é, assim, um espaço, um volume, controladamente elástico, enquanto que a identidade é um tempo, é um devir. A identidade de um corpo é a sua história e a forma como essa história se inscreve no presente, no presente daquele corpo.

Quando nos confrontamos com um corpo que conhecemos tranquiliza-nos a evidência de aquele corpo corresponder à identidade que lhe atribuímos. Uma das formulações mais angustiantes da retórica relacional é o “não te estou a reconhecer”.

* Professor de Introdução ao Pensamento Contemporâneo na FCDEF/UP. Doutorado em Ciências do Desporto.
E-mail: pcsilva@fcdef.up.pt

Como se aquele corpo que nós sabemos o que é deixasse de ser quem nós julgávamos que era. (Tem agora um piercing, uma tatuagem e o cabelo pintado de laranja). O corpo é o mesmo, mas diz, faz e mostra aquilo que não esperávamos. Aquele corpo tem uma identidade diferente. O seu sujeito alterou-se. O mapa deixou de representar o território. E apesar de só na fábula de Borges (1984/1960) o mapa coincidir com o território, ainda esperamos de um mapa a possibilidade de nos conduzir num território. Porquê? Porque acreditamos na representação. Porque acreditamos que ocorreu uma transferência simbólica entre o território e o mapa, que obedeceu a um conjunto de princípios que permite falar numa representação fiel. Quando acreditamos num mapa que, de facto, não representa um território, perdemo-nos, enganamo-nos, vamos ter ao sítio y convencidos que estamos no sítio x. É o drama do parceiro enganado que se guia por um mapa que não corresponde à realidade. Ou a situação radical do corpo que perdeu, não só o mapa, mas também o sistema de navegação, o seu GPS interno, as suas coordenadas. Como quando acordamos estremunhados de um pesadelo e não sabemos onde estamos. Ou, no limite, quem somos. Estrangeiros dentro do nosso corpo-território.

IDENTIDADE GENÉTICA VERSUS IDENTIDADE SEXUAL

Se o corpo é o lugar onde cai a identidade esta é também o horizonte que se levanta com o próprio corpo. E se a relação entre corpo e identidade tem desejavelmente a eficácia de um quiasmo – o corpo é o território da identidade porque a identidade é o território do corpo, quer dizer a identidade inscreve-se no corpo porque o corpo se inscreve na identidade, alterando as relações de precedência entre mapa e território: o mapa representa o território da mesma forma que o território representa o mapa –, nem sempre isso acontece. Em muitas circunstâncias identidade e corpo não se reconhecem nessa operacionalidade simpática (simbiótica). O corpo não quer aquela identidade; aquela identidade não quer aquele corpo.

Poderíamos falar nos casos mais limite da identidade sexual em que o sexo genético não corresponde ao sexo morfológico ou este ao sexo social, chamesmos-lhe assim. No primeiro caso estamos perante indivíduos que têm caracteres sexuais primários ou secundários diferentes da sua identidade genética (homens com corpo de mulher, se privilegiamos o genótipo, a configuração genética, ou mulheres com genes de homem se privilegiamos o fenótipo, a configuração morfológica). No segundo caso há correspondência entre a identidade genética e a identidade morfológica, mas não com a identidade social. Homens e mulheres confirmados em termos de avaliação do genótipo e do fenótipo mas insatisfeitos com o papel social a que esse corpo obriga. É o caso do transsexualismo em em que aquele corpo com aquele sexo surge como

uma insuportável prisão. Em que entre aquele corpo e aquela identidade não há bom relacionamento possível, a não ser que se altere o corpo, numa demonstração violenta de dominância da identidade sobre o corpo ou, se quisermos, de dominância da identidade psicossocial sobre a identidade corporal.

O transsexual vive a sua transidentidade num transe absoluto. Mas já a dissociação primária de que tínhamos falado antes, entre genótipo e fenótipo, entre genoma e corpo, colocava a questão da identidade ao longo do percurso de múltiplas escalas, permitindo-nos falar numa identidade fractal.

IDENTIDADE PROTEÓMICA

O corpo convoca, portanto, um problema de identidades múltiplas que se manifesta ao longo das várias escalas da existência. Da existência biológica e social.

Biologicamente podemos ser aquilo que a matriz de possibilidades do nosso genoma permitir. Mas o genoma é uma sequência linear de interacções que se podem concretizar ou não. A diferença (e falar de identidade é falar de diferença) joga-se verdadeiramente na forma como essa sequência linear codifica para uma estrutura tetradimensional. O proteoma é o genoma das proteínas. É a cartografia do estado proteico do corpo. Mas enquanto a identidade genética é linear e sequencial, a identidade proteica é não-linear e alostérica. Quer dizer, uma proteína, apesar de ser uma sequência linear de aminoácidos, só funciona na sua configuração tridimensional, quer como proteína estrutural, isto é, como proteína que estrutura, que participa da arquitectura do corpo, quer como proteína funcional (enzima) – como agente que precipita uma reacção bioquímica, como agente que faz.

Além do mapeamento do *status* proteico do corpo implicar a compreensão do volume e da forma da proteína, implica também a compreensão da sua quarta dimensão. Isto é, a compreensão do facto de a proteína sofrer alterações de forma ao longo do tempo que se traduzem em alterações da função. Por aqui se vê que a identidade proteica do corpo, que é uma identidade polidimensional, é muito mais complexa do que a identidade genética. Daí que os especialistas da microidentidade, que são os biólogos moleculares, joguem agora uma cartada muito mais complexa, na compreensão da identidade biológica, ao dedicarem-se ao proteoma, depois do genoma.

IDENTIDADE IMUNOLÓGICA

Ainda ao nível da identidade biológica, uma escala que merece particular atenção é a da identidade imunológica. O sistema imunológico dota o corpo de uma

bioconsciência de si. Ele entende o self biológico a partir do não-reconhecimento do outro biológico. Mas está preparado para uma gestão, a maior parte das vezes, silenciosa destas questões. Sistemáticamente, milhões de vezes por dia, este sistema confronta-se com alteridades moleculares que se chamam antigénios e que, de uma forma discreta mas eficaz, neutraliza e elimina. Só quando esse outro é muito turbulento (virulento) é que o sistema tem que reagir com mais violência, o que nós sentimos através dos sintomas inflamatórios (dor, rubor, calor). E, quando temporariamente as nossas defesas prevaricam, instala-se a doença, a infecção.

A doença infecciosa é a evidência de um micro-outro que se alojou no interior da nossa identidade biológica, do nosso corpo. Habitualmente, outros mecanismos de reacção mais violentos são chamados e o corpo acaba por sair vencedor. Ou então usam-se antibióticos que combatem dentro de nós esse estranho que aí se instalou. Mas, nalgumas circunstâncias, os processos de reconhecimento da identidade estão avariados. No caso do sistema imune podemos falar em dois grandes grupos, as imunodeficiências em que o sistema está enfranquecido e portanto o agente exterior (ou outro) instala-se com muita facilidade, vendo a sua capacidade de destruição aumentada pela dificuldade de resposta do próprio corpo. É o caso do SIDA. Ou o grupo de patologias em que o sistema está hiperactivo e começa a disparar em todas as direcções. É o caso das alergias. Ou ainda quando o sistema deixa de reconhecer o próprio corpo como próprio e o entende como estranho reagindo contra ele. É o caso das doenças autoimunes – Lupus, Artrite Reumatóide, etc. – que funcionam como o paradigma da perda da consciência de si biológica. Ou, numa variação destas situações, o caso da rejeição de enxertos, ou órgãos transplantados.

Um transplante é um outro que vem de fora, um outro complexo. Quando se escolhe um órgão para transplante, verifica-se aquilo a que se chama a sua histocompatibilidade, ou seja se entre o transplante e o corpo que o recebe há comunicação positiva. De contrário pode haver rejeição. É por isso que mesmo depois de se confirmar a compatibilidade se provoca no receptor um estado de imunodepressão para diminuir a sua reacção à eventual estranheza do novo órgão, do outro.

IDENTIDADE FRACTAL E CLONAGEM

Como vemos, através destes bioexemplos, a questão da identidade pode colocar-se através das múltiplas escalas do corpo. E para o mesmo corpo podemos falar em identidades múltiplas, ou identidades fragmentárias, ou, melhor ainda, em identidade fractal (Cunha e Silva, 1999). Numa identidade que, apesar de fragmentária, nos permite o processo de identificação que releva da afirmação “isto é um corpo”.

Há, assim, num corpo um princípio de unidade que resiste a todas as parcelara-

rizações, a todas as fragmentações. Quando olhamos para um fragmento anatómico, o que de facto está presente não é esse fragmento mas a evidência incontornável donde foi colhido. Costumo a esse propósito citar o zoom com que começa o filme de David Lynch, *Blue Velvet*. A câmara mergulha num relvado e dá a ver um orelha que ali aparece estranhamente. Ao vermos a orelha, não estamos a ver a orelha, mas sim o corpo donde a orelha foi extraída.

O corpo tem essa característica, apesar de ser fragmentável (e a anatomia é isso mesmo, é a decomposição do tomo, do todo) o fragmento remete sempre para a evidência forte do todo. Como se as múltiplas identidades coexistissem e respondessem perante uma identidade nuclear. Uma identidade genómica. Ao corpo seriam permitidas múltiplas apresentações, múltiplas representações, mas dentro de um espectro de possibilidades, dentro de um “bacia de atracção” (Gleick, 1989) com limites definidos. É de resto esse o princípio da identidade criminal, em que a impressão digital é substituída, sempre que possível, pela identificação de DNA.

O DNA é a identidade nuclear, em sentido metafórico e literal, porque o DNA está no núcleo celular. Todas as células do mesmo indivíduo, têm o mesmo DNA, apesar de serem diferentes. É este o princípio da clonagem. Colher uma célula qualquer, de preferência uma célula indiferenciada, uma “stem cell” para obter um duplo, justamente porque a identidade nuclear não varia, o que varia são as identidades que essa identidade potencial permite. Há portanto um princípio de “Diferença e Repetição”, para citar Deleuze (1969), que estrutura a matéria viva e que dota os corpos dessa variabilidade plástica. Uma variabilidade dentro da permanência. Um caos possível. Um caos determinista (Cunha e Silva, 1999).

IDENTIDADES DO CORPO PERFORMATIVO: A DANÇA E O DESPORTO

Demos agora um salto quântico em direcção à dança, que a nomeação do caos talvez nos permita. A dança é, naturalmente, uma arte do corpo. Uma arte com o corpo e também, como lhe chamou Valéry, “a poesia geral da acção dos seres vivos” (1978). Podemos inferir que a dança acontece quando este triângulo com um vértice no corpo-vivo, outro na poética (arte) e o terceiro na acção, funciona. A dança seria, assim, uma poética do corpo vivo em acção. E o que a distinguiria do desporto seria o facto de este ser uma pragmática do corpo-vivo em acção. A dança seria a possibilidade de investir o corpo em acção de múltiplos significados e o desporto a possibilidade de investir o corpo em acção do melhor resultado.

É, pois, na distinção entre poética e pragmática que se coloca o problema da identidade do corpo performativo (num entendimento alargado que permite cobrir realidades tão distintas como o desporto e a dança). A um corpo performativo de tipo

pragmático, pensemos no caso de Figo, interessa construir uma identidade cristalográfica: simples, clara, geométrica, linear, sem derrame de investimento. De Figo, apesar de muitos o considerarem um péssimo dançarino (arrasta-se e não corre), esperamos que organize as suas coreografias a partir de uma lógica de rendimento máximo, ou seja, que por mais plásticas que sejam, ou não, resultem em golos. A um corpo performativo de tipo poético, pensemos no caso de Vera Mantero, interessa construir uma identidade fluida: complexa, com um espectro de transparência variável, não-geométrica, não-linear e com eventual derrame de investimento. Pensemos, a esse propósito, em “A Queda de um Ego” e “Poesia e Selvajaria” que são, em meu entender, as coreografias de Vera Mantero que levam mais longe esta ideia de identidade corporal fluida, propondo a ideia de identidade corporal caótica. Caos esse que se agarra de tal maneira aos corpos que acaba por contaminar toda a coreografia.

O corpo surge aí como um continente de signos, como um depósito de significados, que é alvo de um atentado terrorista, e explode em todas as direcções. Permitindo a emergência de um texto, de uma coreologia, que é feita da colagem aparentemente aleatória, desses fragmentos de corpo-significante. O significante que daqui resulta, o corpo que aqui se significa é um corpo de identidade fragmentária, mas que no palco da dança, e por um mecanismo de autoorganização, ganha uma súbita unidade. Ao permitir que o corpo exprima o seu caos essencial, e com ele significados que uma política do gesto útil tinha reprimido, o coreógrafo (a coreógrafa neste caso) é um trabalhador de identidades que tinham sido socialmente conformadas. Ao revelar novas identidades a dança revela também novos corpos. Ao apresentar novos mapas cria também novos territórios.

E lembremo-nos do caso do performer australiano Stelarc para quem o corpo é só uma oportunidade para digitalizar a carne. Ao ligar o seu corpo, através de eléctrodos, a sistemas de comunicação que controlam fluxos de informação, que ele próprio não controla, Stelarc transforma a performance numa “guerrilha ontológica” (Fleming, 2002). Onde está o ser, quando o corpo, o nosso corpo, é só a membrana através da qual se exprimem identidades. Identidades digitalizadas, convertidas à sua retórica binária, mas ainda assim suficientemente potentes para criarem uma poesia geral de acção, já não dos seres vivos, mas uma poesia geral de acção da máquina, ou melhor, das estruturas de fusão corpo-máquina, que a digitalização e a virtualização permitem (Quéau, 1993).

IDENTIDADE VIRTUAL

O corpo virtual é, por agora, o último paradigma da identidade fragmentária do corpo. O corpo ligado a uma interface virtual só depende da sua identidade – e aqui

quero dizer desejo e referir-me às “máquinas desejanter” de Deleuze e Guattari (1972) – para viver todas as identidades. A ciberidentidade, que permite a um corpo com as dificuldades de locomoção que lhe são conhecidas, circular por todo o lado e ser, como no poema de Pessoa, “toda a gente e toda a parte”, é a última instância desta relação paradoxal entre o mapa e o território. O mapa já não representa o território mas o mapa é o território, ou melhor, cria o território. E lembremo-nos a esse propósito de Existenz de David Cronenberg, o melhor cineasta, com David Lynch, deste corpo fluido e poli-identitário de que estamos a falar. Aqui é o mergulho sucessivo em diferentes níveis, camadas de realidade, que cria novas oportunidades territoriais aos protagonistas. Os territórios não existem à partida, só quando o corpo lá chega, É o corpo que cria, com a sua presença, esse lugar, e a identidade do corpo é agora este jogo de possíveis que a tecnologia virtual permite.

BIBLIOGRAFIA

- BORGES, J. L. (1984/1960). *O Fazedor*, Difel, Lisboa.
- CUNHA E SILVA (1999). *O Lugar do Corpo – Elementos para uma Cartografia Fractal*, Edições Piaget, Lisboa.
- DELEUZE, G. (1969). *Différence et Répétition*, PUF, Paris.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1972). *L'Anti-Œdipe*, Minuit, Paris.
- FLEMING, C (2002). Performance as Guerrilla Ontology: The Case of Stelarc, in *Body and Society*, 8 (3), pp. 95-113.
- GLEICK, J. (1989). *Caos – a Construção de uma Nova Ciência*, Gradiva, Lisboa.
- QUÉAU, P. (1993). *Le Virtuel. Vertus et Vertiges*, Champ Vallon, Seyssel.
- VALÉRY, P. (1978). *Variété* (1 et 2), Gallimard, Paris.